

Jovens Pobres no Município de Florianópolis: Trabalho, Qualificação e Precariedade¹

Autora: Mariléia Maria da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC

Grupo de Pesquisa: Comunicação, Trabalho e Educação/COMUTE

Programa de Pós-Graduação em Educação/UEDESC/FAED

Co-autora: Elisa Maria Quartiero

Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC

Grupo de Pesquisa: Comunicação, Trabalho e Educação/COMUTE

Programa de Pós-Graduação em Educação/UEDESC/FAED

Introdução

O presente estudo tem como propósito analisar a relação entre trabalho e inserção profissional dos jovens pobres em um momento de configuração de um novo padrão de acumulação capitalista.

Verifica-se, desde as últimas décadas do século XX, intensas e profundas transformações nas relações capital-trabalho, com grande impacto na organização e reprodução da vida. Pode-se afirmar que o modo a partir do qual o homem produz a sua existência - o trabalho – na medida em que é apropriado e, portanto, subordinado à lógica capitalista, fica circunscrito aos desígnios da reprodução do capital que, na atual conjuntura, contraditoriamente, necessita dispensar parte da mercadoria força de trabalho, como forma de ampliar seu nível de mais-valia.

Esse novo padrão de acumulação capitalista – chamado de reestruturação produtiva ou acumulação flexível (HARVEY, 1996) - impõe um conjunto de mudanças, cujos efeitos mais imediatos são percebidos pelo aumento do desemprego de forma generalizada, e novos tipos de contratação nos quais o poder de negociação, por parte do trabalhador, torna-se cada vez mais diminuto perante aos interesses do capital.

As implicações de tais mudanças devem-se ser avaliadas, segundo Antunes (1995), a partir de uma degradação da materialidade visível somada à composição de novas subjetividades, e mais ainda, pela inter-relação entre ambas. Nessa perspectiva, tomamos

¹ O presente trabalho contém os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento financiada com recursos da FAPESC e da UEDESC, cujo título é “A inserção profissional dos jovens egressos do Projovem Trabalhador”. A pesquisa conta com dois bolsistas de Iniciação Científica (Pâmela Regina Jung e Valdeci Reis, ambos graduandos do curso de Pedagogia).

como objeto de reflexão central as relações que os jovens estabelecem com o trabalho em sentido mais amplo, incorporando a compreensão de Marx sobre trabalho como produção da existência, bem como os limites definidos pelo atual padrão de acumulação capitalista.

A partir dessa ótica, o presente estudo tem como finalidade apreender o movimento de inserção profissional dos jovens pobres em um contexto de transformações no mundo do trabalho, caracterizado pelo esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista e a substituição gradativa pelo modelo da reestruturação produtiva. Em outros termos, significa indagar sobre a constituição de uma nova forma de se pensar a inserção profissional dos jovens, tanto no âmbito das políticas públicas quanto na perspectiva de seus destinatários. Nesse aspecto, tomaremos como ponto principal de análise os egressos do Consórcio Social da Juventude e os inscritos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) na modalidade “ Projovem trabalhador” do município de Florianópolis.

O trabalho está organizado em três partes. Na primeira analisamos as principais transformações no padrão de acumulação taylorista-fordista e o estabelecimento do modelo de acumulação flexível; buscando identificar, à luz de um referencial teórico-metodológico que dê conta de apreender as implicações da formação de um novo perfil profissional na perspectiva do capital. Na segunda parte, objetivamos examinar as condições concretas de inserção profissional experimentadas pelos jovens, em particular dos jovens egressos do Consórcio Social da Juventude e dos inscritos no Projovem no município de Florianópolis, cotejando-as aos sentidos que atribuem ao seu próprio processo de inserção profissional. Na terceira parte, procuramos tecer algumas considerações acerca do trabalho para os jovens trabalhadores.

Breves considerações sobre a reestruturação produtiva do capital

Conforme Braz e Netto (2006), o capitalismo contemporâneo tem seu início nos anos de 1970, e constitui a terceira fase do estágio imperialista. Distingue-se por um conjunto de respostas no plano econômico, político, social e cultural, que se articulam em um movimento que se define em função das novas necessidades do capital. Para Chesnais (1996), ao referir-se à noção de mundialização do capital, a cada dia torna-se mais patente que estamos a tratar muito mais do que “outra etapa no processo de internacionalização, tal como o conhecemos a partir de 1950. Fala-se, na verdade, numa nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (p.13).

O autor entende que a produção da riqueza está na combinação social de formas de trabalho humano, e sob distintas qualificações, porém argumenta que é na esfera financeira onde, cada vez mais, ocorre o processo de destinação e repartição de tal riqueza. Em suas palavras:

Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmo qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE) ou do comércio exterior. Essa “dinâmica” específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à “ inflação dos valores ativos”, ou seja, a formação de “ capital fictício”. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. (CHESNAIS, 1996, p.15).

Tendo decorrido quase duas décadas desde a publicação de sua obra, o que temos assistidos nos diferentes continentes, e mais recentemente na Europa, é exatamente a exacerbação da esfera financeira como forma de “alimentar” a acumulação capitalista às custas de reformas sociais com grande impacto para os trabalhadores em geral, mas com sensíveis diferenças quando analisa-se a posição de cada país na esfera do capitalismo mundial.

Neste aspecto, conforme Mészáros (2002), o sistema do capital opera a partir de um controle *sociometabólico* articulado a uma *estrutura* de *comando* singular, o que implica dizer que as condições de vida dos indivíduos a este submetido, são delimitadas de acordo com o lugar em que os grupos sociais a que fazem parte estejam efetivamente *situados na estrutura hierárquica de comando do capital* (p.98).

Seguindo essa linha de entendimento, focalizar a reflexão em torno dos jovens pobres e sua relação com o trabalho, requer a apreensão de um movimento mais amplo na qual na qual tal problemática se insere. Significa, portanto, colocar em questão a própria noção que orienta as políticas de formação e emprego para os jovens pobres. Estes “consensualmente” categorizados como “população em situação de risco e vulnerabilidade social”. Na verdade, um eufemismo para se referir ao “invalidados pela conjuntura”, como demonstra Castels (1998).

Para Harvey (1996), a promessa fordista/keynesiana foi incapaz de fazer cessar as contradições próprias do capitalismo, tendo em vista a sua *rigidez* para resistir aos investimentos de capital fixo em larga escala e em longo prazo, bem como pela incapacidade de atender aos mercados de consumo variantes em função de planejamentos inflexíveis.

Para o autor o cenário indica mudanças profundas nas práticas culturais, políticas e econômicas desde a primeira década de 1970. O que não significa o surgimento de uma sociedade pós-capitalista, mas, antes revelam, que a rigidez do padrão de acumulação capitalista taylorista-fordista tem se mostrado ineficaz no atendimento das demandas do capital na atualidade.

O que se percebe, conforme Harvey é a configuração de nova estruturação do mercado de trabalho a partir de uma segmentação bem definida, na qual os empregados com contratos de trabalho mais favoráveis estariam em minoria e ocupariam a posição central, e na extremidade estariam localizados dois subgrupos: um formado por empregados com certa qualificação, com contratos integrais; e o outro constituído por trabalhadores em condições contratuais fortemente adversas, como trabalhos temporários, insegurança, e alta rotatividade. Esse subgrupo, no entendimento do autor, tende a crescer em contraposição aos empregados situados na posição central.

Braz e Netto (2007), ao discorrerem sobre o capitalismo contemporâneo, identificam que o período demarcado pelo padrão taylorista-fordista e as políticas keynesianas, expressa “*uma longa onda de expansão econômica*”² (2007, p.213), caracterizada por grande crescimento econômico e taxas de lucros que permaneceram elevadas entre o final da Segunda Guerra Mundial e segunda metade dos anos sessenta. Sustentam suas teses a partir da teoria marxistas sobre as etapas do capitalismo e suas crises cíclicas.

Atualmente, o que se percebe é o esgotamento dessa *a longa onda expansiva*, acompanhada pelo declínio da taxa de juros em vários países e pela redução no crescimento econômico. Para os autores, sinteticamente, podemos afirmar que “A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas”(p.214).

De acordo Brás e Netto, para fazer frente a essas crises - expressão da incapacidade do capital em manter o nível da taxa de lucro, bem como garantir, ao máximo, a exploração da força de trabalho - o capital tem se articulado em torno de um tripé que se compõe de “reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal” (p.214) que, em outros termos, procuram atualizar e recuperar o nível de mais-valia necessário à manutenção da lógica capitalista.

A reestruturação produtiva, ao se compor de inovações tecnológicas e organizacionais, exigirá um novo perfil profissional. Para os apologistas da reestruturação produtiva, tais inovações demandariam um perfil profissional mais qualificado e, portanto, a ausência de dessa formação estaria na origem primeira de todos os problemas para o trabalhador e, por conseguinte, é partir de sua posse que todas as soluções se fariam presentes.

Assim, é suposto um modelo de trabalhador capaz de atender aos novos requerimentos do padrão da acumulação flexível, cujo perfil deve conter atributos como: capacidade de trabalhar em equipe, de tomar decisões, de ser adaptável ao novo e de ser

² Grifos no original.

criativo em contraposição ao trabalhador afeito ao padrão taylorista-fordista, caracterizado pela linearidade, padronização e repetição.

Conforme Machado (1996), verificamos:

[...] a substituição da demanda de formação profissional direcionada para o aprender a fazer por outra formação que permita o aprender a aprender. Trata-se de uma nova maneira de trabalhar a informação, de uma nova matriz a orientar os critérios de eficiência e competência, portanto, a própria política de qualificações (p.183).

É preciso refutar a noção de que o que está em jogo seria a mudança de sentido no que diz respeito à formação profissional para atender a um mercado de trabalho altamente seletivo e cambiável, no qual as oportunidades para os inovadores são evidentes, ao passo que se revelaria hostil aos menos afeitos às novidades tecnológicas.

Segundo a autora, o que se está em questão é a necessidade do capital de realização de uma mais-valia extraordinária, que se dá pela aquisição da reprodução ampliada e intensiva do capital a partir da incorporação de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho.

Considerando a perspectiva dos autores aqui apresentados, o que se vê é a inevitável necessidade do capital de atender a sua lógica de reprodução, ao mesmo tempo em que deve lidar com suas próprias contradições. E o Estado tem um papel preponderante, na medida em que garante as condições para o restabelecimento do capital diante de sua própria crise de acumulação, daí o rigoroso e intenso processo de reformas, no âmbito do Estado, nas últimas décadas do século XX.

Neste sentido, destacamos a condição essencial que goza o Estado³ na construção da hegemonia neste cenário da crise do capital e a partir disso, a percepção de um novo modelo de política pública para fazer frente a estes desafios. Conforme Mézaros (2002), caberia ao Estado, em última instância, o papel de retificador das relações capitalista. Uma espécie de harmonizador das próprias contradições da lógica do capital.

Isso explica o porquê do capital, em meio a uma crise de acumulação, obter êxito em uma política econômica extremamente restritiva à classe trabalhadora, solapando direitos e

³ Utilizamos aqui do conceito gramsciano de Estado em sentido amplo, no qual duas esferas estão presentes : a *sociedade política*, (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-Coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc (COUTINHO, 2007, p.127. Destaques do original).

garantias conquistadas no âmbito do padrão taylorista-fodista e, ao mesmo tempo, instaurar um nível de consenso de que as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais constituem a expressão do aprimoramento do ambiente democrático, próprio do sistema capitalista.

A partir desse ângulo de análise a discussão em torno do trabalho e a inserção profissional dos jovens, conectada a uma política de inclusão social, adquire outro patamar de compreensão no qual deve estar presente a análise do movimento do capital e suas contradições. O que nos leva a negar o processo de inserção profissional como uma ação neutra, provocada por um sujeito que faz escolhas determinadas de acordo com suas vontades e competências, senão como a expressão de um “modelo político, econômico e social” (SILVA, 2004).

A inserção profissional dos jovens egressos do Consórcio Social da Juventude e dos inscritos no Programa Nacional de Inclusão de Jovem (Projovem)

Ao abordamos o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), na modalidade ‘Trabalhador’, instituído pela Lei 11.129, de 30 de Junho de 2005, alterado pela Lei 11.692 de 10 de Junho de 2008 e regulamentado pelo Decreto n. 6629, de 04 de Novembro de 2008, cuja proposta é a de “levar qualificação social e profissional a jovens de baixa renda, preparando-os para o mercado de trabalho⁴, destacamos tratar-se de uma política que se insere na perspectiva acima descrita, qual seja: a necessidade de reorganização das políticas sociais de modo a compor com a lógica do capital em sua fase atual.

Quando observamos o perfil dos jovens inscritos no Projovem Trabalhador do município de Florianópolis podemos perceber o quanto as condições de existência são fatores determinantes na lógica de reprodução e construção de um itinerário de experiências profissionais que, certamente, marcarão as formas de acesso aos empregos e, por conseguinte, suas trajetórias profissionais.

Trabalhamos com uma amostra de 44 jovens inscritos⁵, dos quais 24 do sexo feminino, com idades que variam de 17 a 29 anos e predomínio de solteiros (34). Dentre os 30 jovens que informaram a renda familiar, obtivemos os seguintes dados sobre a renda *per capita*, com o cruzamento da variável número de membros da família:

⁴ http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/default.asp. Acesso em: 12 de nov de 2010.

⁵ O presente artigo constitui parte dos resultados de uma pesquisa em andamento que analisa a inserção profissional dos inscritos no Projovem Trabalhador em Santa Catarina entre 2010 e 2011. Optou-se por analisar uma média de 30% dos inscritos para cada região do Estado.

01 - Renda per capita dos jovens inscritos no Projovem em Florianópolis.

Renda Per Capta em Reais	No. Jovens
61,40 a 150,00	07
151,00 a 210,00	08
260,00 a 350,00	06
357,00 a 500,00	08
5001 a 750,00	01

Fonte: elaboração própria.

Os dados do quadro 01 são reveladores de uma situação de econômica adversa. Nenhuma novidade se nos apoiarmos no fato de que a inscrição ao Projovem somente é realizada a partir de alguns critérios, dentre os quais a renda. Porém, se adicionarmos os dados da renda per capita às variáveis “estado e município de origem”, bem como o nível de escolaridade, podemos alcançar uma composição mais aprofundada das condições de existência desses jovens.

02- UF de origem dos Inscritos no Projovem em Florianópolis

No. Jovens	Natural UF
BA	02
GO	01
MG	02
MS	01
PE	01
PR	03
RJ	01
RS	05
SC	27
Estrang.	01
Total	44

Fonte: elaboração própria

03 – Município de origem dos inscritos no Projovem em Florianópolis.

No. Jovens	Município origem
Florianópolis	15
Outros munic.	29
Total	44

Fonte: elaboração própria

04- Nível de Escolaridade dos Inscritos no Projovem em Florianópolis

No. Jovens	Escolaridade
Fund. Incomp.	01
Fund. Comp.	07
Medio Incomp	06
Médio Comp.	24
Superior Incomp.	02
Fund. Suplet. Incomp.	00
Fund. Suplet. Compl.	01
Med. Suplet. Incomp.	01
Med. Suplet. Compl.	02
Total	44

Fonte: elaboração própria

Podemos verificar, a partir dos dados nos quadros acima, que se trata de jovens oriundos, em sua maioria, de outros municípios catarinenses e, uma parcela significativa, de outros estados. A escolaridade também apresenta fragilidade, uma vez que quase 40% deles não possuem o ensino médio completo.

Sabemos que os processos migratórios aos quais essas famílias se submetem, via de regra, representam grandes obstáculos a serem vencidos, sobretudo para as primeiras gerações. A inexistência de redes de relações sociais mais amplas, por exemplo, tem implicações negativas sobre o acesso e qualidade dos empregos conquistados (SILVA, 2010). Deve-se somar a isso a própria precarização das relações de trabalho em sua totalidade.

Kuenzer (2006) adverte sobre a nova pedagogia na acumulação flexível que assim se expressa:

[...] do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, estabelece-se um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas “professadas” na direção da democratização, aumenta a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão, nem permanência. (p.879)

Segundo a autora, as políticas públicas devem ser problematizadas a partir de um quadro categorial que as situem como a expressão de uma totalidade em movimento, cuja disposição, no regime de acumulação capitalista atual, adquire a marca da acumulação flexível. Posto nestes termos salientamos que a noção de inclusão/exclusão tem sido o grande *mote* orientador das políticas e, em particular, das políticas de formação profissional, sobretudo aquelas destinadas aos jovens pobres.

Tal noção “guarda-chuva” – com as diversas perspectivas que a encerra – tem sido utilizada para promover o discurso, que se faz consensual, de que as soluções para a

miséria social estão inscritas na lógica do capital. “Incluir”, portanto, pressupõe a promoção de alternativas que, *a priori*, tomam como ponto de partida uma natureza imutável da qual faz parte o mercado de trabalho e suas leis.

O Projovem Trabalhador é promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e destinado a jovens com idade entre 18 e 29 anos que já concluíram o ensino fundamental, que estejam em situação de desemprego, e sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo. Visa a preparação de jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, promovendo qualificação social e profissional, bem como estimulando sua inserção. Os jovens recebem um auxílio no valor de R\$ 600,00, em seis parcelas de R\$ 100,00, mediante comprovação da frequência aos cursos de qualificação.

Após seis meses de qualificação, as entidades formadoras devem se comprometer em inserir 30% no mercado de trabalho, do total de participantes que cursarem, no mínimo, 80% da carga horária dos cursos de formação.

Cabe a essas entidades a obrigatoriedade de comprovar o alcance da meta de inserção prevista. Porém, sem o compromisso de encaminhar os jovens a postos de trabalho formais, já que o Ministério do Trabalho e Emprego considera como válido, para fins comprobatórios, as “ditas” formas mais flexíveis, como o trabalho autônomo, a prestação de serviços, os serviços temporários, os estágios e cooperativismo.

Chama atenção nessas formas mais flexíveis de acesso ao emprego ou alguma alternativa de geração de renda, a noção de empreendedorismo como valor ideológico a guiar a ideia de trabalho autônomo e/ou de cooperação.

Conforme os estudos de Barbosa e Deluiz (2008) a ocupação de forma autônoma, via de regra, precária, tem sido uma das poucas possibilidades para os jovens pobres. Verificamos esta afirmação a partir dos dados obtidos nas entrevistas realizadas com os jovens que freqüentaram o Consórcio Social da Juventude em Florianópolis. Os entrevistados conferem grande importância ao trabalho autônomo e tendem a aceitar o discurso de que haverá empregos, se houver esforço. Tiago⁶, um dos entrevistados chega a afirmar que o desemprego “não existe”, somente o desemprego de “carteira assinada”:

Olha eu não sei se eu sou muito otimista ou se sou muito desinformado, mas eu vejo que assim ó, desemprego é uma coisa que não existe e que a sociedade coloca isso pra pessoa querer ter um trabalho de carteira assinada.(..) Eu sou uma pessoa que eu vejo que ter um trabalho de carteira assinada não é vantagem. A única vantagem que te dá é a comodidade (..). Então assim, agora eu tenho um trabalho de

⁶ Todos os nomes referentes aos entrevistados são fictícios.

carteira assinada que possibilita eu pagar meu aluguel, eu pagar meu carro, eu pagar isso, sem se preocupar demais em ter que correr atrás de outras coisas pra poder alcançar né, esse montante. Mas...eu acho que assim ó, as pessoas que são criativas, elas conseguem tirar dinheiro de pedra. Sabe? Por exemplo assim...tem alguma coisa que todo mundo faz e faz bem. Se a pessoa souber aplicar, entendeu, souber aplicar um valor aquilo, entendeu, e souber vender ou, mesmo que não saiba vender, coloca alguém pra vender aquilo pra você, ela consegue ganhar dinheiro.

Para Kuenzer é preciso ter em conta que no modo de produção capitalista, todas as formas de inclusão são sempre subordinadas, concedidas, posto que têm a finalidade de atenderem às demandas do processo de acumulação. adverte que, *o círculo entre exclusão e inclusão subordinada é condição de possibilidade dos processos e produção e reprodução do capital, sendo constitutivo lógico necessário das sociedades capitalistas modernas.* (OLIVEIRA, 2004 apud KUENZER, 2006, p.881).

Ao referir-se aos programas e projetos, tanto no Governo Fernando Henrique quanto no Governo Lula, a autora conclui que não há diferenças no que diz respeito à concepção das relações entre Estado e Sociedade Civil em ambos os governos: o que predomina são as parcerias entre o setor público e o setor privado, com o repasse de parte das funções do Estado para a Sociedade Civil, acompanhado da transferência de recursos, sem maior fiscalização.

Alerta ainda para a inexistência de procedimentos pedagógicos que, efetivamente, possam garantir o desenvolvimento das competências complexas inerentes ao trabalho intelectual.

Rummet (2008), corroborando a análise acima, sustenta que as políticas destinadas aos jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados têm operado na construção e manutenção de uma hegemonia que leva à perpetuação da atual divisão social do trabalho, pois “[...] não é outra a razão pela qual as forças dominantes se valem, permanentemente, de estratégias de conformação à ordem e de captura das aspirações e reivindicações da classe trabalhadora, muitas vezes organizativas de movimentos sociais, com o fito de manter em níveis satisfatórios a situação de controle social” (p.178).

Consideramos que as políticas públicas para a juventude, na atualidade, vinculadas ao processo de inclusão social, inserção profissional ou ampliação do nível de escolaridade, tendem a contribuir na manutenção de uma determinada ordem social, distanciando-se, portanto, de rumos que possam levar à emancipação humana.

Os depoimentos de jovens “qualificados” pelo consórcio Social da Juventude assim se referem às suas experiências de trabalho:

O forçado é ter que fazer o que eles querem, é cansativo, muitas horas de trabalho, eles te pagam por uma função, mas eles te colocam em várias funções que não têm nada a ver, mas tu tens que fazer se não tu perde o emprego, e é isso, algo cansativo assim, não é tão merecedor, mas tens que trabalhar porque precisas de dinheiro. [...] o que eu menos gostei em restaurante. É muito pesado, muito cansativo, muito cliente, vai até de madrugada, às vezes não tinha ônibus, tinha que dormir em qualquer lugar, ir a pé pra casa sozinha, não combinava. (Maria, 21 anos).

Uma coisinha melhor no momento que não limpe chão. Pode ser qualquer coisa. Pra mim [...] recepcionista [...] Qualquer coisa menos que não limpe chão. É uma coisa melhor. [...] Ah, em qualquer coisa. Só não de limpeza mais. [...] Porque a limpeza é muito humilhado. Nunca “tá” bom e as pessoas humilham muito. Entendesse? (Marli, 26 anos).

Considerações finais

As formas pelas quais os jovens acessam o mercado de trabalho e nele permanecem, mesmo após o período de qualificação, tende a expressar uma realidade que perpetua-se: a eterna precariedade. Seja pelas condições de emprego em si, ou pela ausência de trabalho. É preciso indagar se a mera absorção pelo mercado de trabalho, sob quaisquer condições, significa mesmo estar inserido profissionalmente.

Consideramos que o Programa Nacional de Inclusão de Jovem (Projovem) e, em particular a modalidade Projovem Trabalhador, contém traços que, longe de promover o trabalho concreto, entendido como possibilidade de humanização do homem, parece reafirmar as condições de trabalho marcadas por percursos profissionais precários e provisórios.

Compreender o movimento de inserção dos jovens no mercado de trabalho implica percebê-lo a partir do processo de reestruturação do capital. Os custos de tais mudanças incidem diretamente para o trabalhador, *pagando* com o enxugamento dos postos de trabalho, a redução salarial, a desregulamentação das relações de trabalho e o desemprego. É neste contexto, grosso modo, chamado de “precarização das relações de trabalho”, que situamos a relação entre trabalho e inserção profissional, particularmente daqueles provenientes dos meios sociais desprovidos das condições materiais mínimas necessárias à subsistência humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351. Maio/ago. 2004.

BARBOSA, C. S., DELUIZ, N. Qualificação Profissional de Jovens e Adultos Trabalhadores: O Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego em Discussão. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 34, n.1, jan./abr. 2008.

BRAZ, MARCELO; PAULO NETO, José. O capitalismo contemporâneo. In: ____ *Economia Política: Uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 211-241.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1994.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educ. Soc.*, Out 2006, vol.27, no.96, p.877-910.

MACHADO, L. R. de. A Educação e os desafios das novas tecnologias. In: FERRETTI, C. ET al. (orgs). *Novas tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996, p. 165-184.

MARX, K. Processo de Trabalho e processo de Valorização. In: ____ *O Capital: crítica da Economia política*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, v. I. cap. V, 1988 (Col. Os Economistas).

MÉSZAROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002. 1104 p.

RUMMERT, S. M. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 175-208, jan./jun. 2008.

SILVA, M. M. *Inserção profissional e condição social: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho*. 2004. 236 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2004.

_____. A inserção profissional dos jovens em tempos de inovação tecnológica e organizacional. *Revista Educação em questão*, Natal, v. 35, n. 21, p. 74-97, maio/ago.p, 2009.